

# Sete obras fundamentais sobre educação superior

Afrânio Mendes Catani\*

Renato de Sousa Porto Gilioli\*\*

\* Professor na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), da USP.  
e-mail: amcatani@usp.br

\*\* Mestre em Educação (USP).  
e-mail: resopogi@uol.com.br

## Resumo

Este artigo é uma nota bibliográfica comentando sete obras relevantes editadas em 2002 e 2003 sobre a educação superior no Brasil e na América Latina. São abordadas questões tais como reformas desse nível de ensino, avaliação, financiamento, organização e gestão das IES, privatização, ampliação das matrículas, bem como estudos de caso e experiências de ensino.

## Palavras-chave

Educação superior; América Latina; neoliberalismo.

## Abstract

This article is a bibliographical note which mentions seven relevant works published in 2002 and 2003 on higher education in Brazil and Latin America. These books discuss issues such as Higher Education Reform, evaluation, organization, financing and management of Higher Education Institutions, privatization, growing enrollment, as well case studies and teaching experiences.

## Key words

Higher education; Latin America; neo-liberalism.

O objetivo deste artigo é comentar obras relevantes que foram editadas sobre a educação superior recentemente, de modo a fornecer um panorama sucinto de algumas das principais discussões que têm sido feitas em torno do tema, tanto em relação ao Brasil quanto a outros países da América Latina. As livros escolhidos foram publicados em 2002 e 2003.

## Reformas na educação superior e avaliação

Destacaremos, inicialmente, nesta nota bibliográfica, os livros de José Dias Sobrinho: *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior* e de João dos Reis Silva Jr.: *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*.

Em *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*, o autor salienta que a avaliação não mais se restringe ao âmbito das salas de aula, mas é cada vez mais importante na configuração de modelos de instituições, organizações e sistemas. Dias Sobrinho defende uma avaliação emancipatória e, por isso, discute as bases epistemológicas e os objetivos dos procedimentos avaliativos, que têm sido elemento decisivo na elaboração de políticas de Estado nos últimos anos, particularmente para a educação superior. O livro é dividido em cinco capítulos.

O primeiro apresenta síntese histórica sobre o tema, mencionando várias concepções de avaliação: desde as mais limitadas, que a consideram sinônimo de medição de aprendizagem através de exames, testes e provas até o entendimento da ava-

liação como julgamento de valor, na qual se incorpora a *negociação* (p. 27). A principal oposição das concepções de avaliação residiria entre enfoques utilitaristas, técnico-burocráticos, gerenciais – que consideram “objetivas” as medições, pressupõem relação de independência entre avaliador(es) e avaliado(s) e consideram a avaliação livre de valorações (“neutra”) – e enfoques participativos, democráticos. Este últimos, defendidos pelo autor, observam as multiplicidades, a impossibilidade de medições puramente racionalistas, a inter-relação entre avaliador(es) e avaliados(s) e assumem que toda avaliação se fundamenta em valores. Assim, o debate no campo da avaliação não é caracterizado como meramente técnico, mas, sobretudo, ético-político. Nesse sentido, a adoção, por exemplo, de uma avaliação quantitativa, pretensamente “neutra” da educação superior aproxima as universidades de um modelo empresarial e condiciona a própria produção do conhecimento, que fica à mercê das demandas da indústria e do comércio. Os pilares desse modelo, defendido por organismos tais como o BID e o BM, são o financiamento, o credenciamento (*acreditación*) e a produtividade.

O Capítulo 2 aborda a avaliação na educação superior e seu papel central nas reformas neoliberais nesse setor durante as últimas décadas. A avaliação, nesse contexto, serviu ao propósito de promover “eficiência” (que significa, nesse caso, não muito mais do que a expansão das matrículas), “gestão racional” e “excelência” no sistema educacional, tendo sido direcionada à contenção de gastos estatais. No entanto, o autor frisa a inversão que ocorre nesse

modelo, uma vez que "são as políticas governamentais que organizam as avaliações, e não o inverso" (p. 58).

Especificamente em relação ao Brasil, Dias Sobrinho analisa o perfil do sistema de instituições universitárias desde a reforma de 1968 e em que medida a crise dos anos 1980 trouxe a avaliação como elemento importante no debate sobre a universidade. O autor reconhece, já na década de 1980, o embate entre uma concepção de avaliação utilitarista, produtivista, privatista e voltada para a contenção de gastos e outra emancipatória ("avaliação institucional"). Esta última frisava a defesa da qualidade do ensino, a função social da universidade e a indissociabilidade de pesquisa-ensino-extensão. No entanto, a primeira tendência tornou-se hegemônica na década de 1990, principalmente com a implementação de ampla reforma realizada no governo FHC.

O modelo de *avaliação institucional* defendido pelo autor tem enfoque formativo, ou seja, é geralmente interno e centrado no processo (e não somente nos resultados quantitativos), sem ter caráter controlador e hierarquizador das instituições. Também não é pontual, mas sim contínuo e permanente, destinado a tornar-se uma cultura institucional e não uma mera intervenção do Estado nas universidades.

No Capítulo 3 discute, depois de reafirmar que todo procedimento avaliador tem fundamentos ético-políticos, os efeitos das avaliações *produtivista* e *emancipatória*. A primeira provoca a reorganização do nível de ensino para o mercado, enquanto os efeitos da segunda são menos visíveis e

quantificáveis, sendo um de seus importantes resultados "o maior comprometimento, especialmente dos professores, com a construção da qualidade, maior envolvimento com a sua instituição e o fortalecimento da solidariedade e dos laços comunicativos" (p. 132).

No Capítulo 4, Dias Sobrinho põe em relevo a complexidade do objeto e dos objetivos da avaliação, lembrando que não se trata apenas de aferir critérios quantitativos simplificadores, mas observar a relação entre concepções e práticas da própria avaliação. Daí a expressão "avaliação da avaliação", ressaltando que a avaliação é construída de concepções e variáveis múltiplas. Dias Sobrinho pergunta: Qual avaliação? O que e para que avaliar? Por que avaliar? Avaliar para quem?

No Capítulo 5, o autor apresenta a concepção da avaliação democrática, que teria como finalidade essencial a construção da cidadania e o exercício da democracia. Nela, adota-se perspectiva formativa, relacionada mais a valores do que apenas às determinações flutuantes do mercado de trabalho e da produção.

Em *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*, João dos Reis Silva Jr. aborda, em caráter ensaístico, o período de reformas do Estado brasileiro durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), privilegiando as mudanças ocorridas no domínio educacional. No primeiro capítulo, procura "identificar as complexas relações existentes entre o Estado moderno [...] a cidadania [...] e a educação [...]", discutindo as concepções de Estado e de Educação de três fases do capitalismo:

o liberalismo, a idéia do Estado de bem-estar social e a versão mais recente do primeiro, o neoliberalismo. São analisados os textos do liberal John Locke, de dois dos fundadores do neoliberalismo, Friedrich Hayek e Milton Friedman, e de dois críticos brasileiros a essas tendências, Francisco de Oliveira e Lauro Campos.

Do liberalismo de Locke, salienta a idéia de que o público corresponderia à sociedade, enquanto o estatal seria tudo aquilo pertencente ao Estado. Nesse sentido, público e estatal só existem conjugados, de modo que o privado é tudo aquilo que não é estatal. Em contraposição a essa idéia, o autor apresenta a interpretação marxista fundamentada no conceito de relações sociais de produção, segundo a qual a esfera estatal também é parte do sistema capitalista – tanto quanto a privada – e se articula no sentido de promover expansão econômica constante de modo a beneficiar a burguesia. Segundo esse entendimento, as noções de “liberdade” e “igualdade” da “cidadania” liberal são limitadas pela estruturação social baseada na propriedade privada.

Partindo da noção de que as esferas público-privado articulam-se no Estado capitalista, Silva Jr. define o Estado de bem-estar social como um novo estágio de relação entre essas duas esferas, na qual é dada proeminência ao público: o Estado intervém na economia para garantir o processo de acumulação capitalista, a expansão do mercado e a reprodução da mão-de-obra. Nessa etapa, a esfera estatal promove uma cidadania que combate a noção de luta de classes, administrando poli-

ticamente os conflitos e buscando a harmonia social. Entretanto, na prática ocorre maior distribuição das riquezas sociais, de modo que o Estado de bem-estar social acabou contribuindo para o fortalecimento da esfera pública. Este fenômeno passa a ser alvo de crítica a partir dos primeiros ideólogos do neoliberalismo, Hayek e Friedman.

Ambos os autores defendiam, pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial, um Estado mínimo no que se refere à intervenção na economia e na proteção de direitos sociais. Portanto, a educação pública também seria alvo de cortes nos orçamentos, privilegiando-se as instituições privadas e o mercado. Suas concepções só foram efetivamente postas em prática a partir da crise do petróleo de 1973.

Uma vez traçadas as origens do neoliberalismo, o Capítulo II aborda a influência dessa concepção neoliberal nas reformas da educação superior no Brasil da década de 1990. O Estado brasileiro tornou-se “forte, centralizador, gestor, avaliador e caritativo” (p. 45), pautado pela retórica da competência e da eficácia.

A alusão crítica ao Estado de bem-estar social já indicava desde logo as orientações da mudança do Estado, dado o caráter inexorável atribuído à universalização do capitalismo. Para a periferia do sistema, tornava-se imperioso enxugar o Estado, transferindo responsabilidades públicas para a sociedade civil, daí o elogio às organizações não-governamentais, o que foi chamado de democrática descentralização (p. 47).

No âmbito dessas mudanças, o autor destaca as reformas da educação su-

perior, que enfatizaram a ciência e tecnologia e buscaram a profissionalização dessas áreas para atender demandas da indústria e do mercado, tendência que já ocorria nos EUA desde a década de 1960. Ademais, vale destacar também o papel proeminente da avaliação (analisada mais detalhadamente no livro de Dias Sobrinho) nas reformas desse nível de ensino durante o governo FHC e o financiamento (da pré-escola à pós-graduação).

Silva Jr. também detalha concepções de Bresser Pereira, um dos importantes defensores dos princípios reformistas, segundo o qual seria necessário a "publicização" do público e a recriação das universidades públicas conforme um padrão de gestão empresarial. O autor igualmente aponta o enfraquecimento da categoria docente proporcionado pelas reformas implementadas, ainda que com resistências.

No terceiro capítulo, o centro das atenções é o ensino médio, que também sofreu as conseqüências da reforma neoliberal na medida em que se voltou para a formação de mão-de-obra segundo as necessidades do atual estágio do capitalismo. Finalmente, o Capítulo IV aponta um foco no qual as políticas neoliberais se consolidaram de maneira notável: a educação distância – baseada nas noções de "aprender a aprender" e de "competências". O autor também analisa o potencial da prática docente de se contrapor ao modelo hegemônico então estabelecido através da afirmação da educação presencial.

## **Críticas à mercantilização da educação superior e perspectivas de mudança**

Afora os livros citados, há outras obras recentes que tratam com relevo do tema da educação superior. No mesmo sentido dos trabalhos anteriores, *O empresariamento da educação*, organizado por Lúcia Maria Wanderley Neves, esmiúça as relações entre Estado, educação superior e políticas neoliberais em vários artigos. No "Prefácio", Roberto Leher salienta a importância dos textos que o compõem, oferecendo amplo panorama sobre o tema da privatização da educação superior no Brasil. Destaca que as IES privadas têm ganhado espaço frente às públicas nesse nível de ensino, tanto no aumento de vagas oferecidas e matrículas quanto no que se refere à forte influência no Estado dos grupos que representam os interesses do empresariado da educação.

A obra é dividida em três partes: *Parte I – Determinantes da especificidade da privatização da educação escolar nos anos 1990*; *Parte II – instrumentos de implementação da política neoliberal para a educação superior*; *Parte III – organismos privados na formulação e implementação da política educacional neoliberal*.

O primeiro artigo da *Parte I* ("Política neoliberal e educação superior"), de Lúcia Maria W. Neves e Romildo Raposo Fernandes, analisa como a LDB de 1996 impulsionou, em nível superior, a criação de cursos seqüenciais de curta duração voltados à formação técnica para áreas específicas do mercado de trabalho, consolidando o pro-

cesso de reestruturação produtiva no país, tendência comum às nações da periferia capitalista desde a crise mundial dos anos 1970. Ao mesmo tempo, a franca adoção do modelo neoliberal na década de 1990 promoveu o desmonte das universidades públicas e abalou a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Enquanto isso, as vagas nas IES privadas expandiram-se em ritmo muito superior ao das públicas. Além disso, autonomia universitária passou a significar não-ingêrência do Estado nas IES privadas. Com tais mecanismos, a educação superior adquiriu caráter cada vez mais empresarial, surgindo uma nova burguesia de serviços educacionais, altamente favorecida por sua posição estratégica nos governos neoliberais.

O segundo artigo, "Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração", de Kátia Regina de Souza Lima, aborda as diretrizes de organismos internacionais (Cepal, Unesco, FMI, Banco Mundial e OMC) para as políticas educacionais. Primeiramente são analisados os reordenamentos propostos por estes organismos para a educação escolar na década de 1990. Depois, a autora indica como a privatização da educação superior afetou a AL. Por fim, observa o processo de radicalização desta tendência privatista nas propostas que pretendem regulamentar a educação como serviço e não mais como direito social, capitaneadas principalmente pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Quando a educação – em especial a superior – é entendida como serviço, aproxima-se das exigências do mercado, adequando a mão-de-obra ao processo de

reestruturação das forças produtivas.

Em "A política governamental de ciência e tecnologia: C&T à CT&I", Marcos Marques de Oliveira observa o surgimento de nova etapa na história da tecnologia, na qual o mundo do trabalho é reestruturado de modo a aperfeiçoar a exploração capitalista do trabalho. O autor trata da inserção do Brasil nesse processo, analisando o colapso da política nacional-desenvolvimentista e sua substituição pelo projeto neoliberal. A consequência foi a restrição da produção de ciência e tecnologia (C&T), contribuindo para a perda de autonomia do país em relação aos ditames do capital internacional. Na prática, os gastos em C&T do governo federal diminuíram sensivelmente com as políticas neoliberais e o conceito foi alterado de "C&T" para "Ciência, Tecnologia e Inovação" (CT&I), direcionando os objetivos da pesquisa e da educação superior para as demandas do mercado. Segundo essa concepção, a universidade deveria fornecer quadros para os programas de Pesquisa e Desenvolvimento das empresas privadas.

No quarto artigo, "Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais", Alexandre do Nascimento, Andréia Ferreira da Silva e Maria Emília Bertinio Algebaile refletem sobre a privatização do ensino superior no Brasil nos anos de neoliberalismo, inserindo-a no processo mais geral de reforma do Estado. A década neoliberal brasileira se caracterizaria pelo fim da hegemonia dos setores que apoiavam o desenvolvimentismo e certos elementos de um Estado de bem-estar social, substituídos pela defesa de políticas de liberalização de

mercados, privatização do público, desregulamentação e flexibilização de direitos sociais, dentre os quais a educação.

“O neoliberalismo e a redefinição das relações Estado-sociedade”, de Lúcia Maria W. Neves, encerra a *Parte I* contextualiza o processo de estabelecimento do neoliberalismo (ou *liberal-corporativismo*) no Brasil dos anos 1990. A reforma de Estado da década de 1990 marchou no sentido de se opor radicalmente “à universalidade, à igualdade e à gratuidade dos serviços sociais e, ao mesmo tempo, desagregar os grupos organizados e desarticular os mecanismos de negociação de seus interesses coletivos” (p. 106), adotando medidas condizentes com a idéia de Estado mínimo. A educação superior foi fortemente atingida por essas políticas neoliberais, havendo ampliação do setor privado e desmonte das IES públicas. Ao mesmo tempo, a prioridade educacional passou a ser o ensino básico. A privatização da educação superior fortaleceu uma nova burguesia de serviços educacionais e enfraqueceu a idéia de educação como direito social. Introduziu-se um modelo de administração gerencial da política de educação superior, baseado na centralidade de instrumentos de avaliação tais como o “Provão”.

Iniciando a *Parte II*, Andréia Ferreira da Silva escreve, em “Conselho Nacional de Educação: de aparelho de Estado a agência de empresariamento do ensino superior”, sobre a atuação do CNE no processo de privatização da educação superior durante os governos neoliberais no Brasil. A autora caracteriza o embate de três grupos nesse órgão: os segmentos que apoiavam

as políticas do governo FHC, a nova burguesia de serviços educacionais e os setores que defendiam o fortalecimento das IES públicas e o controle sobre o processo de privatização. Depois de um histórico dos antecessores desse órgão, explica-se que o CNE foi direcionado, em grande medida, para coordenar os processos de avaliação (apenas assessorando o MEC), tendo sido esvaziado de seu poder no que se refere ao processo de tomadas de decisão e ao credenciamento das IES.

Em “Legislação e planejamento no processo de privatização da educação superior”, Lúcia W. Neves continua abordando o tema do neoliberalismo, mas especifica em maiores detalhes o processo de privatização da educação superior na legislação brasileira. Fundamentalmente o artigo é uma análise da CF 1988, da LDB 9.394/96 e dos Decretos nº 2.304, de 19/08/1997 e nº 3.860, de 09/07/2001.

Encerrando a *Parte II*, Nicholas Davies, em “Mecanismos de financiamento: a privatização dos recursos públicos”, examina as formas de financiamento público de IES privadas na década de 1990. Apesar da escassez de bibliografias e da falta ou da inacessibilidade a documentos e dados precisos sobre o tema, observa, a partir das informações colhidas, que o financiamento público foi historicamente importante para as IES privadas. Além das fontes diretas de recursos, analisa como a legislação atual e de outros períodos do país oferece às IES privadas isenções tributárias, isenção no salário-educação, subsídios, bolsas, subvenções, empréstimos, crédito educativo e Fies.

Iniciando a *Parte III*, Lúcia Maria W. Neves ("Rumos históricos da organização privatista") enfoca a privatização da educação durante as reformas neoliberais da década de 1990, estudando as seguintes entidades representantes de IES privadas: Anamec (Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas, 1994), Coniec (Conselho Nacional de Instituições de Educação Católicas, 1995), Anaceu (Associação Nacional de Centros Universitários), Anup (Associação Nacional de Universidades Particulares), Anafi (Associação Nacional de Faculdades e Institutos Superiores) e Abmes (Associação Nacional de Mantenedoras do Ensino Superior). Conclui que, mesmo sendo uma fração da burguesia brasileira, os empresários educacionais não se saíram vitoriosos em todas as suas demandas nos anos de neoliberalismo.

Em *'Novos' passos da mesma caminhada*, Ronaldo Sant'Anna analisa a presença da Igreja Católica no ensino superior brasileiro durante a década de 1990, com o objetivo de compreender as particularidades do projeto católico de educação superior e sua articulação com o modelo neoliberal implementado na época.

O último artigo da coletânea é o segundo escrito por Marcos Marques de Oliveira na coletânea e trata do empresariado na educação básica. Após longo histórico, discute mudanças ocorridas nesta fração de classe nos anos 1990, quando se formaram verdadeiros conglomerados educacionais privados, que passaram a receber mais recursos públicos. O autor ressalta a tendência de que essas instituições entrem

no mercado da educação superior, expandindo a atuação de seus serviços.

Outra obra a ser comentada é a *Enciclopédia de pedagogia universitária*, organizada por Marília Costa Morosini, Marlene Correro Grillo, Maria Estela Dal Pai Franco, Maria Isabel da Cunha e Silvia Maria de Aguiar Isaia. A coletânea é um ótimo "raio-x" da educação superior no Rio Grande do Sul, contendo reflexões relevantes e pioneiras acerca da temática da docência nesse nível de ensino.

Na "Apresentação", Marília Costa Morosini comenta que o projeto da obra foi reunir os saberes docentes discutidos pelo grupo de professores integrantes da RIES (Rede Sul-brasileira de Investigadores da Educação Superior). Para isso, a opção conceitual por uma enciclopédia resultou da intenção de sistematizar alguns elementos desse campo de estudo, apresentando definições e delimitações do *objeto de conhecimento* da pedagogia universitária, enfocando em especial sua organização institucional, além de listar diversos casos específicos de instituições universitárias gaúchas, abordando-as tanto pela descrição de sua *estrutura* quanto pela análise de suas contradições e potencialidades, enfoca tanto as instituições quanto os docentes.

Na *Parte 1*, "Pedagogia universitária no Rio Grande do Sul: movimentos e energias", de Maria Isabel da Cunha, identifica tendências pedagógicas políticas nas IES em questão. "Pedagogia universitária na FURG", de Nágila Giesta, parte de entrevistas com professores que atuaram em setores administrativos da instituição para mapear movi-

mentos de discussão e propostas de renovação pedagógica, principalmente na década de 1980. Maria H. Menna Barreto Abrahão ("Pedagogia universitária na PUCRS") analisa a história das pedagogias maristas na França, no Brasil e no Rio Grande do Sul, enfocando a PUC local. Délcia Enricone e Maurivan G. Ramos ("Pedagogia universitária na PUCRS: história de um percurso") abordam iniciativa de auto-avaliação ocorrida na instituição, em processo participativo (avaliação emancipatória ou democrática) que envolveu a comunidade acadêmica. Em "Pedagogia universitária na UCS", Ana Lúcia Buogo, Nilva Lúcia R. Stedile, Ivone Assunta Cortelleti e Liane Beatriz M. Ribeiro tratam de uma experiência de qualificação profissional destinada a melhorar a qualidade de ensino nessa IES: o Seminário de Atualização Didático-Pedagógica.

"Pedagogia universitária na UFPEL", de Maria Cecília Lorea Leite e Maria da Graça Ramos, discute o processo de constituição de um Projeto Pedagógico na UFPEL a partir de documentos da instituição e entrevistas. Maria Estela Dal Pai Franco e Elizabeth Diefenthaler Krahe ("Pedagogia universitária na UFRGS") abordam tema similar (a construção de um Projeto Pedagógico nessa IES), indicando duas tendências nas reformas pedagógicas internas: a atenção à formação de professores de outros níveis de ensino e à qualificação dos quadros docentes universitários. Merion Campos Bordas ("Pedagogia universitária na UFRGS: memórias") comenta recordações de sua atuação profissional na mesma universidade, enfocando as políticas e

programas de aperfeiçoamento pedagógico dos docentes universitários. Em "Pedagogia universitária na ULBRA", Dorilda Grolli, Silvana Lehenbauer e Maria Fani Scheibel fazem referências memorialísticas, elaborando reflexões a partir de questionário respondido por professores que atuaram em diferentes épocas na instituição.

"Pedagogia universitária na UNICRUZ", de Jacira Cardoso Moreira, Cláudia Regina Rodrigues de Carvalho, Elena M. Billig Mello, Fátima T. Lopes da Costa e Lucia M. Baiocchi Amaral analisa a docência nessa instituição nas décadas de 1980 e 1990. Lia Bergamo Becker, Cecília Broilo e Mary Margaret dos Santos Forster ("Pedagogia universitária na UNISINOS") estudam a atuação histórica do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da IES, discutindo também possibilidades alternativas na qualificação profissional de seus docentes. O último estudo de caso desta parte é "Pedagogia universitária na UPF" (Solange Longhi e Rosa Maria Locatelli Kalil). As autoras se reportam à pressão exercida pelo Sistema Nacional de Avaliação sobre a instituição, uma vez que a exigência por titulação dos docentes pode não ser o único critério pertinente para avaliar a qualificação desses profissionais. Desse modo, valorizam processos e dinâmicas de auto-avaliação internos dessa IES.

A *Parte 1* é finalizada por dois artigos que, à semelhança do primeiro, abordam a educação superior no Rio Grande do Sul em linhas gerais. Denise B. C. Leite ("Pedagogia universitária no RS: caminhos") e Clarissa E. Baeta Neves ("Ensino superior no Rio Grande do Sul") discutem, respecti-

vamente, o conceito e a estruturação da pedagogia universitária e as fases históricas da educação superior gaúcha.

Na *Parte 2 (Pedagogia universitária num mundo global)*, "Pedagogia universitária e campo de conhecimento: RIES – Rede Sul-brasileira de Investigadores da Educação Superior" (Marília Morosini) resgata a trajetória desse grupo de investigadores, que enfocam especialmente o tema da pedagogia universitária. Por sua vez, Marlene C. Grillo e Cleoni M. B. Fernandes ("Metodologia do ensino superior: um olhar por dentro") discutem questões relativas aos processos de ensino-aprendizagem nas IES. Em "Professor do ensino superior: tramas na tessitura", Sílvia Maria de A. Isaia trata das trajetórias de docentes, tanto no aspecto institucional quanto no profissional. "Professor do ensino superior, saberes acadêmicos e demandas profissionais", de Valeska Fortes de Oliveira, debate as mudanças no âmbito da docência em nível superior decorrentes das transformações trazidas pela *sociedade do conhecimento*. "Professores de Licenciatura: concepções de docência", de Sílvia Maria de A. Isaia, enfoca as particularidades e os dilemas dos docentes que se dedicam às Licenciaturas. Finalmente, Adriana Rocha Maciel e Ana Cláudia Pavão Siluk ("Formação na docência universitária e redes virtuais de conhecimento") escrevem sobre as potencialidades de utilização das redes virtuais no ensino superior, a partir do conceito de "comunidades ativo-críticas de conhecimento". A obra se encerra com um extenso glossário sobre o tema da educação superior, em pouco mais de 100 páginas.

## A educação superior na América Latina

Importantes análises sobre educação superior também têm abordado o contexto mais amplo da AL. *Universidade: um lugar fora do poder*, obra organizada por Wrana Maria Panizzi, é publicação decorrente da "III Cumbre" (III Reunião Ibero-Americana de Reitores de Universidades Públicas), ocorrida em Porto Alegre, contendo as três principais conferências do encontro, além da Apresentação da organizadora e de um documento, a Carta de Porto Alegre.

Na "Apresentação", Panizzi salienta a importância estratégica do conhecimento para os países desenvolvidos e lembra que, no Brasil, ele é produzido essencialmente na universidade pública que, por isso, é decisiva para o país. Mesmo assim, há setores que reclamam dos "altos custos" e da "ineficiência" dessas IES, de modo que as universidades públicas precisam, na atualidade, defender o próprio destino do "conhecimento como *patrimônio social* e da educação como *bem público*" (p. 12). Essa questão foi o centro da "III Cumbre", em continuidade a discussões já realizadas desde a Conferência Mundial sobre Ensino Superior da UNESCO (Paris, 1998). A autora afirma que "é nossa convicção de que a construção desse lugar [a universidade pública], que um dia Roland Barthes definiu como 'um lugar que pode ser dito fora do poder', está seriamente ameaçada pela [...] OMC" (p. 13-14).

Na primeira conferência ("Educação, globalização e sociedade do conhecimento"), Rodrigo Borja, ex-reitor e ex-presidente

do Equador, define *globalização* como fenômeno de internacionalização e interdependência das economias nacionais num único mercado mundial e *globalismo* como a ideologia correspondente à defesa da globalização, do Estado mínimo, do livre fluxo dos meios de produção e da “desregulamentação”, enfim, do fundamentalismo de mercado. Segue caracterizando três dimensões da globalização, que ocorre na esfera do comércio, do capital produtivo e do capital financeiro. E se houve impressionante avanço dos meios tecnológicos, que tendem a substituir as instituições baseadas na imprensa pela *sociedade do conhecimento*, houve também atraso na moralidade. Nesse contexto, a universidade pública teria o papel de discutir essas questões e propor alternativas para a Humanidade.

Em “Educação superior: bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC?”, Marco Antonio Rodrigues Dias (ex-diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO e assistente especial do reitor da Universidade das Nações Unidas) salienta a importância da Conferência Mundial sobre Educação Superior da UNESCO (Paris, 1998), da qual foi organizador, pois nela “a comunidade acadêmica internacional e governos de mais de 180 países manifestaram, de maneira clara e insofismável, sua decisão de manter o ensino superior como um direito e um bem público” (p. 33). Mesmo assim, simultaneamente a OMC se articulava para incluir o ensino superior como *serviço*, mercadoria a ser comercializada e liberalizada. A OMC defende a alteração do estatuto da educação de “atribuição públi-

ca”, estatal, para “atribuição privada”. Segundo esses princípios, o ensino superior é considerado serviço público a ser delegado à iniciativa privada, conformando-o, na prática, às regras do AGCS (Acordo Geral de Comércio e Serviços). Outra área importante nesse processo de mercantilização da educação é o ensino à distância, que afeta o nível superior na medida em que o modelo considerado ideal seria o estabelecimento de franquias virtuais das universidades de países desenvolvidos por todo o mundo. A seguir, o autor levanta iniciativas contrárias ao estabelecimento da educação como serviço, identificando-as em universidades e organizações universitárias dos países ricos, na organização francesa ATAC, no Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2002) e no governo japonês. Por fim, discute-se a possibilidade de construir uma globalização alternativa.

Juan Carlos Gottifredi, ex-reitor da Universidade Nacional de Salta e ex-Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação da Argentina, trata do tema “A universidade latino-americana frente aos desafios do mundo atual”. Em sua palestra, discorre sobre as tendências neoliberais das últimas décadas e as formas pelas quais as universidades, em especial as latino-americanas, têm reagido às pressões dos organismos multilaterais. O autor defende que o avanço da educação na atualidade não poderá mais ser obtido apenas por diplomas e certificações, sendo necessário que o *savoir faire* seja valorizado como parte da formação universitária. Além disso, observa o papel capital da universida-

de pública na defesa de uma educação superior entendida como bem público. Na conclusão, propõe caminhos possíveis para a universidade pública latino-americana, sugerindo, por exemplo, a realização de levantamentos das perdas econômicas desses países decorrentes do desmonte da educação superior pública.

Por fim, na "Carta de Porto Alegre" – redigida na "III Cumbre" – representantes de universidades de 14 países manifestam "profunda preocupação frente às políticas implementadas pela OMC, que favorecem a comercialização internacional dos serviços de educação, assemelhando-os a simples mercadorias" (p. 141), denunciam cortes de gastos com universidades públicas e criticam a privatização da educação superior.

A segunda obra que se refere à região latino-americana intitula-se *Os desafios da educação na AL* (organizada por Héglio Trindade e Jean-Michel Blanquer), sistematização do Colóquio Internacional AL: os Desafios da Educação (Biarritz, França, 1999), patrocinado pelo *Institut des Hautes Études em Amérique Latine* de Paris. Afora a "Introdução", escrita pelos organizadores, a coletânea é dividida em três partes: *Os desafios do crescimento dos sistemas de ensino*, com sete artigos sobre educação superior; *Os desafios da abertura dos sistemas de educação*, que aborda a educação superior em quatro de seus onze artigos, sendo os demais dedicados a outros níveis e modalidades de ensino; *Balço e perspectivas*, com um único artigo sobre educação superior.

Comentaremos apenas os artigos que tratam do ensino superior. Na "Introdução", Trindade e Blanquer ressaltam o papel estratégico da educação na era do conhecimento e caracterizam como seu desafio a obtenção de quantidade e qualidade para enfrentar as crescentes desigualdades sociais. Na educação superior, isso significa ampliar a oferta e prover qualidade de ensino.

A primeira parte (*Os desafios do crescimento dos sistemas de ensino*) inicia-se com artigo de Héglio Trindade ("O ensino superior na AL: um olhar longitudinal e comparativo"), no qual lembra que a universidade foi uma dentre tantas instituições trazidas da Europa e adaptadas às condições da AL. Faz um histórico das universidades das Américas hispânica e portuguesa, que adotaram modelo napoleônico após suas independências. No Brasil, a principal referência é a Universidade de São Paulo (1934), uma universidade regional e laica. Na América hispânica, o movimento reformista universitário das primeiras décadas do século XX estabeleceu instituições de caráter antioligárquico (co-gestão da universidade, autonomia política e administrativa, liberdade de ensino, eleição das autoridades universitárias por assembleias tripartites, gratuidade, compromisso nacional e democrático). Na segunda metade do século XX, amplia-se sensivelmente o número total de matrículas em nível superior dos países latino-americanos, enquanto que nas décadas de 1980 e 1990 crescem as IES privadas. O autor conclui apresentando as tendências atuais de massificação e privatização das universidades da AL.

Em "Educação Superior em América Latina: uma perspectiva comparada de la década de los noventa", Carmen García Guadilla traça o perfil da educação superior latino-americana na década de 1990. Recupera aspectos históricos das universidades hispano-americanas e ressalta o impressionante crescimento desse nível de ensino na AL, em especial no Brasil, México e Argentina. Guadilla analisa estatísticas sobre quantidade de alunos existente nas instituições, crescimento do setor privado no período 1960-2000, taxas de matrícula, perfil dos professores, distribuição de áreas de conhecimento e desenvolvimento de programas de pós-graduação. Além disso, são analisados os processos de integração regional, as tendências neoliberais na década de 1990 e os desafios e perspectivas para a universidade latino-americana no século XXI.

Luiz Antônio Cunha, em "A nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída", discute a lógica intrínseca da reforma desse nível de ensino no triênio 1995-1997 através de um panorama das reformas da educação superior brasileira nas décadas de 1980 e 1990. Destaca as características e diferenças de vários planos: Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU, 1983, abandonado em 1985); Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior e Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES, 1985); Plano Setorial de Educação 1991-1995; Paiub (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), durante o governo Itamar Fran-

co. Por fim, analisa as políticas neoliberais do governo FHC e o Sistema Nacional de Avaliação da educação superior.

Em "Reflexiones sobre la educación superior chilena", Jaime Lavados analisa as o financiamento da educação superior no Chile e compara-a com a situação de outras nações latino-americanas. Inicia comentando a dramática ampliação da educação superior no mundo durante a década de 1960, em decorrência da necessidade crescente de pessoal com alta competência técnica, tanto no setor público quanto no privado, e a tendência de privatização dos anos 1980 e 1990. Sobre o Chile, o autor oferece breve panorama histórico, salientando a influência da reforma de Córdoba na reformulação da Universidade do Chile e, muito depois, em 1981, a reforma universitária que colocou tal nível de ensino no caminho da privatização. Depois de mencionar melhoras advindas a partir de 1990 – como o crescimento das matrículas –, trata do estado atual das universidades chilenas, caracterizando detalhadamente suas peculiaridades em relação às demais latino-americanas, principalmente quanto ao financiamento. Para concluir, discute perspectivas e desafios atuais para esse nível de ensino no Chile.

Em relação ao tema da avaliação, há ainda o artigo de José Dias Sobrinho ("Desafios da avaliação universitária na América Latina") em que o autor apresenta o embate entre distintas concepções de avaliação, defendendo que ela não deve se restringir a meras medições quantitativas, produtivistas e supostamente "neutras"

das atividades pedagógicas (como alguns organismos internacionais defendem), mas deve fornecer condições e dados para a sociedade debater o modelo de universidade que deseja, uma vez que a educação superior é bem público, não uma mercadoria. Na seqüência, analisa os casos do Uruguai, Chile, México, Argentina e Brasil.

A avaliação permanece sendo o tema da intervenção de Pedro Krotzsch, intitulada "Las tensiones en el proceso de formación e implementación de las políticas de evaluación de la calidad en la Argentina". Krotzsch analisa duas fases das reformas neoliberais da educação superior argentina na década de 1990: o período de discussão da agenda (1989-1993) e a implementação dos princípios estabelecidos (1993-1997). O tema é de grande relevância dada a tradição de autonomia universitária desse país, que remonta à reforma de 1918 (em especial na Universidade de Córdoba), modelo bastante influente para vários países hispano-americanos. Até 1991, a avaliação era discutida no interior de outros temas (financiamento, *arancelamiento* e fontes de financiamento alternativas, eficiência interna do sistema, gestão etc.). A partir de então, ganhou importância central na legislação e nas políticas privatistas de educação superior. O autor destaca o impacto das medidas da *Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria* (CONEAU), na pós-graduação, no credenciamento de cursos de graduação, na avaliação de projetos institucionais, na avaliação externa das universidades e no financiamento (que foi vinculado à avaliação).

Também comenta as reações da comunidade acadêmica à implementação do modelo neoliberal de avaliação e termina apontando perspectivas da avaliação da educação superior para a Argentina.

Pascale Gruson, em "As lições da experiência francesa na avaliação das universidades", discute o caso do Comitê Nacional de Avaliação dos Estabelecimentos de Ensino Superior (CNE). Embora a avaliação da educação superior francesa esteja fundamentalmente ligada ao CNE, criado em 1985, a autora ressalta as cada vez mais freqüentes exigências de auditorias externas das universidades para avaliação de sua "eficácia", muitas das quais efetuadas por entidades particulares. No final da década de 1950 inicia-se na França processo de diversificação do ensino superior, que passa a abrigar o pós-secundário e o ensino superior profissional de longa duração, mudanças implementadas durante os anos de 1960 e 1970. O trabalho de avaliação do CNE, nos anos 1980, visou mapear as capacidades de ação do sistema de ensino superior, os entraves ao seu desenvolvimento e planejar as prioridades de investimento estatal. Embora tenha coletado dados extensos e importantes, o CNE não emitiu avaliações quantitativas suficientemente claras sobre os cursos superiores de formação profissional. A Comissão perdeu força e o acerto político imposto foi o estabelecimento de uma avaliação instantânea e classificatória, desconsiderando o contexto acadêmico de cada instituição. O poder decisório do CNE foi diminuindo e hoje o órgão reduz-se essencialmente às atividades de assessoria.

O tema da educação superior é retomado em quatro artigos da segunda parte (*Os desafios da abertura dos sistemas de educação*), que enfocam intercâmbios internacionais. "Vinte anos de cooperação universitária franco-brasileira: elementos destinados a elaborar um balanço do acordo Capes-Cofecub" (Jean-Claude Martin) apresenta histórico da cooperação entre IES francesas e brasileiras nos séculos XIX-XX e faz um balanço dos acordos realizados entre a Capes (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior) e o Cofecub (Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária) desde 1978. A cooperação entre as entidades é dividida em três fases e os resultados dos projetos conjuntos são apresentados.

Em linha semelhante, Florentine Petit ("Intercâmbio universitário entre a França e a América Latina") enfoca iniciativas mais recentes do governo francês em promover a cooperação interinstitucional com países latino-americanos. A autora menciona não somente o Cofecub, voltado ao Brasil, mas também outros dois comitês, o *Ecos* (*Evaluation de la coopération scientifique*) Norte e o *Ecos* Sul, respectivamente para México, Colômbia e Venezuela e para Argentina, Chile e Uruguai. Também são apresentados dados da cooperação interinstitucional estabelecida por esses comitês.

"A política da União Européia e da Espanha no domínio da educação e cultura na América Latina", de Pablo Berchenko, discute a influência européia no continente, particularmente na educação superior. Depois de breve histórico das

relações políticas entre europeus e latino-americanos, destaca o interesse crescente da União Européia por esses países e discute programas da UE para a educação superior: o projeto Columbus, destinado a "otimizar o impacto da pesquisa científica e da formação universitária no setor produtivo da economia" (p. 309); a rede de informações Nicolam (*Network for Information between the Community and Latin America*), cujo escopo é "propor soluções realistas para os problemas levantados pela construção comunitária e pelas relações da Europa com o mundo exterior" (p. 310); o programa Alfa (América Latina Formação Acadêmica), que promove "ações de formação e transferência de conhecimento" (p. 311). O autor também menciona acordos de cooperação entre UE e Mercosul e envolvendo países ibéricos com países hispano-americanos e Brasil.

Por sua vez, Ângela Xavier de Brito ("La France, vaut-elle encore une Messe? – Análise qualitativa da política de bolsas-sanduíche na França") analisa a cooperação acadêmica interinstitucional entre França e países latino-americanos através de um objeto de estudo específico: as políticas de concessão de bolsa-sanduíche a brasileiros que vão estudar em instituições de educação superior francesas. A autora diagnostica os principais problemas existentes nos programas dessa natureza: estatuto dos bolsistas, condições de formação durante o período de estudos na França, avaliação dos resultados dos programas e questões diversas relativas ao financiamento dos mesmos.

Jorge Brovetto escreve o único artigo da terceira parte, intitulado "A educação na América Latina: balanço e perspectivas". Constitui-se em síntese de questões levantadas ao longo da obra, enfatizando a educação superior como tema central. O autor discute a situação atual das políticas para esse nível de ensino, observando os limites das orientações neoliberais em voga na década de 1990 nos países latino-americanos e destacando as principais tendências e grandes linhas políticas para a educação superior. Por fim, propõe mudanças a serem implementadas nas IES.

Outra importante leitura para aqueles que se interessam pela educação superior é *Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financiero*, organizada por Marcela Mollis. Na "Presentación", Mollis afirma que o propósito do livro é compreender os destinos da universidade no contexto da globalização e propor alternativas à mercantilização da educação superior, questionando se as "reformas" neoliberais não foram, na verdade, "contra-reformas" em reação à democratização. Também levanta as principais características das reformas neoliberais dos anos 1990, que enfraqueceram a noção de universidade como bem público.

Em "Balance de la década de los '90 y reflexiones sobre las nuevas fuerzas de cambio en la educación superior", Carmen García Guadilla apresenta tendências globais da educação superior na AL e faz um balanço das transformações desse nível de ensino nos anos 1990, dividindo os países latino-americanos em "reformados" e "não-

reformados". Descreve novas forças de mudança que vêm ganhando espaço nos últimos anos e propõe três cenários possíveis para a educação superior.

Francisco López Segrera ("El impacto de la globalización y de las políticas educativas en los sistemas de educación superior de América Latina y el Caribe") também traça um panorama da educação superior latino-americana, recuperando argumentos e proposições de documentos da UNESCO, tais como a Declaração Mundial sobre a Educação Superior (Paris, 1998). Segrera destaca a necessidade de certos níveis de equidade social para se garantir o direito à educação, avalia os impactos da globalização neste nível de ensino na AL e sistematiza as propostas que se opõem às concepções neoliberais de mercantilização da educação superior.

Hugo Aboites escreve "Actores y políticas en la educación superior mexicana: las contradicciones del pacto de modernización empresarial". De início, salienta os parâmetros nos quais se basearam as reformas da educação superior no México e na AL como um todo: "qualidade, avaliação, eficiência, produtividade, pertinência e excelência" (p. 59), privatização e desregulamentação do setor. Ao mesmo tempo, estas iniciativas subtraíram o caráter da educação como setor estratégico nacional voltado ao desenvolvimento sustentável e à conservação do patrimônio social. O "novo pacto" de cunho empresarial estabelecido na experiência neoliberal mexicana é analisado e criticado, de modo a se discutir alternativas para a atualidade.

"La educación superior en el mercado. Configuraciones emergentes y nuevos proveedores" (Roberto Rodríguez Gómez) también discute as políticas de educação superior no México, apontando para a importância de avaliar, hoje, as mudanças ocorridas na década de 1990, quando os SES (Sistemas de Educação Superior) do país se voltaram para a formação de recursos intelectuais capazes de produzir riqueza segundo um padrão produtivista, racional e voltado ao mercado. As reformas neoliberais impuseram um modelo empresarial capaz de a satisfazer às demandas do setor privado, do consumo e do lucro. Nesse contexto, a "virtualização da educação superior" e o estabelecimento de um sistema de certificação em "competências tecnológicas" nas universidades foram elementos decisivos dessas reformas.

José Luis Coraggio, em "La crisis y las universidades públicas en Argentina", trata das reformas da educação superior no período menemista e discute as possibilidades de luta e resistência das comunidades acadêmicas de universidades públicas no sentido de defender seu caráter de bem público contra ofensivas neoliberais.

Abordando outro país latino-americano, Gustavo Rodríguez Ostria e Crista Weise V. escrevem "Bolivia: la reforma ¿sin forma?", no qual propõem uma guinada de concepção da educação superior que abandone preceitos privatistas e mercantilistas, centrados na avaliação, credenciamento e na gestão empresarial. Para reverter as tendências neoliberais em curso na AL e, especificamente, na Bolívia, afirmam a necessidade de um contra-discurso.

Luis Eduardo González, ("Acreditación y fomento de la calidad: la experiencia chilena de las últimas décadas") destaca a centralidade das políticas de avaliação e credenciamento nas iniciativas neoliberais de reforma da educação superior no Chile.

As duas intervenções seguintes referem-se ao Brasil. "O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira" (Hélgio Trindade) analisa expressões e metáforas comuns nos discursos a favor e contra as universidades, em especial as públicas. Faz um breve panorama da educação superior latino-americana no século XX, destacando dois movimentos fundamentais: a massificação e a privatização. Crítica as concepções neoliberais defendidas pelo Banco Mundial e finaliza discutindo as perspectivas da universidade brasileira neste início de século XXI.

Denise Leite ("Avaliação e democracia: possibilidades contra-hegemônicas ao redesenho capitalista das universidades") discute a limitação do modelo neoliberal de educação superior, que prioriza a avaliação e a formação de "acadêmicos empreendedores". Questiona essa concepção de produção e relacionamento com o conhecimento, denunciando-a como entraves para o aprofundamento não só da democracia no terreno político, mas principalmente em termos sociais.

A organizadora da obra, Marcela Mollis, escreve o último capítulo ("Un breve diagnóstico de las universidades argentinas: identidades alteradas") abordando o tema da identidade das instituições universitárias latino-americanas, em especial na Argenti-

na e no Brasil. Considerando a existência da tradição universitária enraizada na reforma universitária argentina das primeiras décadas do século XX, Mollis observa como as reformas neoliberais da década de 1990 implementaram modelo francamente destoante dessa identidade histórica de educação superior já consolidada. No Brasil, o modelo de universidade pública, também consolidado há décadas, sofreu ofensiva similar. A conseqüência da privatização e da mercantilização das universidades, tentando transformá-las em organizações corporativas, significou uma perda de identidade, a ser reconstruída com base nos valores da cidadania e da democracia.

## Conclusão

Como se pode observar, há presença significativa de obras importantes que refletem sobre a educação superior no Brasil e na AL. Apesar da inegável força das políticas neoliberais durante a década de 1990, o debate envolvendo este nível de ensino não perdeu sua pluralidade. Ao contrário: os setores que defendem a universidade como bem público (e não como mero serviço) mostram sua presença em diversas instâncias do mundo acadêmico e político e afirmam a importância de se discutir o destino da educação superior, que tende a assumir papel cada vez mais relevante no contexto atual de desenvolvimento tecnológico e pode oferecer possibilidades alternativas para o enfrentamento dos sérios problemas sociais do século XXI.

## Referências bibliográficas

- DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MOLLIS, Marcela (Comp.) *Las universidades em América Latina: ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financiero*. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Enciclopédia de pedagogia universitária*. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *O empresariamento da Educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002.
- PANIZZI, Wraha Maria (Org.). *Universidade: um lugar fora do poder*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- SILVA JR., João dos Reis. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2003.
- TRINDADE, Héglio; BLANQUER, Michel (Orgs.). *Os desafios da educação na América Latina*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.